

## Biodiesel I

## Os atos mandatatórios

ENQUANTO A cotação do barril de petróleo continua em níveis elevados, os países buscam estabelecer compromissos políticos para diminuir suas emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global, como ocorre na Conferência das Partes (COP), da Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas.

A caminhada do Brasil no campo dos biocombustíveis é um fato incontestado nos dias atuais. Mas, como o processo é longo e passa por recaídas, muitas vezes essa estratégia vai para segundo plano. Nos anos setenta, com os dois choques no preço do petróleo, discutia-se muito a diversificação da matriz energética brasileira, em particular no transporte. Essa movimentação perdeu força à medida que o preço do petróleo foi-se acomodando nas décadas seguintes.

O sucesso do etanol, principalmente depois do lançamento do carro *flex*, em março de 2003, é um exemplo disso. Contudo, para chegar a tal ponto, contou com o entusiasmo de pessoas, que mantiveram viva a crença no Programa Nacional do Álcool, lançado em novembro de 1975.

A história do biodiesel foi diferente. No final dos anos setenta, o professor Expedito Parente, da Universidade Federal do Ceará, patenteou o processo de transesterificação, para a sua produção em escala comercial. Apesar desse primeiro grande passo, o projeto esmoreceu. Durante o começo dos anos noventa, a Alemanha e a Áustria ressuscitaram a ideia e a Europa começou a produzir biodiesel.

Em 30 de outubro de 2002, por meio da Portaria nº 702, do Ministério de Ciência e Tecnologia, é criado o Programa Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico de Biodiesel (ProBiodiesel).

Pelo decreto presidencial de 2 de julho de 2003, o governo brasileiro criou um Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de apresentar estudos de viabilidade do uso de óleos e seus derivados como combustíveis e indicar as ações necessárias para sua implantação.

No relatório final de 4 de dezembro de 2003 essa comissão considerou que o biodiesel deveria ser incluído imediatamente na matriz energética e recomendou que:

1. o uso não deve ser obrigatório;
2. não deve ser estabelecida uma rota tecnológica ou matéria-prima preferencial para a produção de biodiesel;
3. deve incluir o desenvolvimento socioeconômico de regiões e populações carentes.

## Brasil: demanda anual de biodiesel

Ano	Mistura	Estimada*	Efetiva**
2007	B2	860 milhões	850 milhões
2008	B3	1,29 bilhão	1,10 bilhão
2009	B4	1,72 bilhão	1,50 bilhão
2010	B5	2,15 bilhão	nd

\* cálculo com base no consumo de diesel no país. \*\* Fonte: ANP

Com o objetivo de implementar essas sugestões, foi criada, pelo decreto presidencial de 23 de dezembro de 2003, uma Comissão Executiva Interministerial (Ceib), composta por representantes de

14 ministérios e coordenada pela Casa Civil. A comissão tem como unidade executiva um grupo gestor, formado por representantes de dez ministérios, além de membros da Embrapa, Agência Nacional de Petróleo (ANP), do BNDES e da Petrobras, e é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia (MME). Após um ano de amadurecimento, pela Medida Provisória nº 227, de 6 de dezembro de 2004, foi lançado o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), que estabelecia as regras para a produção e utilização do combustível em território nacional.

A Lei 11.097/05, de 13 de janeiro de 2005, introduz oficialmente o biodiesel na matriz energética, com a fixação em 5% o volume mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado para o consumidor final em 2013.

Em sua primeira etapa, até 2007, a mistura de biodiesel ao diesel comum seria voluntária na proporção de 2% (B2) para uso em veículos automotores em todo o Brasil. Além disso, o combustível poderá ser utilizado na geração de energia elétrica em comunidades isoladas.

Com poderes de lei para estabelecer os prazos de adição de percentual de biodiesel, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), aprovou a mistura obrigatória de:

- 2% de biodiesel (B2) no diesel, a partir de 1º de janeiro de 2008;
- 3% (B3), em 14 de março de 2008, a partir de 1º de julho de 2008;
- 4% (B4), em 23 de junho de 2009, a partir de 1º de julho de 2009;
- 5% (B5), em 26 de outubro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2006.

O consumo do diesel no Brasil pode ser dividido em três grandes setores: transportes (75%) do total consumido, agropecuário (16%) e energia elétrica (5%) e outros (4%). O biodiesel entra fortemente como combustível substituto nos três setores, podendo ser utilizado puro (B100) no de transformação, em geradores, e agropecuário, em tratores. ■